



# RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

## AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS FISCAIS

*(1º Bimestre do RREO de 2021)*

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	4
<b>2. ORÇAMENTO</b> .....	6
2.1 – Lei Orçamentária Anual (LOA) .....	6
2.2 - Execução Orçamentária .....	7
2.3 – Receita Pública .....	8
2.4 – Despesa Pública .....	10
2.5 – Receita Corrente Líquida - RCL .....	13
<b>3. RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL</b> .....	14
<b>4. DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA</b> .....	15
<b>5. DESPESA COM PESSOAL</b> .....	15
<b>6. APLICAÇÃO EM SAÚDE</b> .....	21
<b>7. APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO</b> .....	22
<b>8. APLICAÇÃO DO FUNDEB</b> .....	23
<b>9. TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2021</b> .....	24
<b>10. RESUMO DOS ÍNDICES</b> .....	25

## 1. INTRODUÇÃO

A Controladoria-Geral do Município é órgão integrante do Sistema de controle interno do Poder Executivo Municipal, nos termos dos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, os artigos 29, 31 e 86 da Constituição Estadual e o artigo 59 da Lei Complementar nº. 101 de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF).

O objetivo do presente relatório é subsidiar a gestão municipal de informações em relação a execução orçamentária, receita e despesa, resultado primária e nominal, restos a pagar, aplicações em Educação, Saúde e Fundeb, despesa com pessoal e as Transferências Financeiras Concedidas. O Manual de Demonstrativos Fiscais – 10ª edição, STN, página 248, expõe:

“O art. 9º da LRF determina que, a cada bimestre, caso a realização da receita não se comporte como o esperado, trazendo risco “ao cumprimento das **metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais**”, os Poderes e Ministério Público devem promover contenção das despesas públicas segundo os critérios definidos na LDO. Em outras palavras, a receita pública é uma variável sob o qual o Poder Público tem bem menos controle do que a despesa pública, ou seja, seus próprios gastos (em que pese uma parcela bastante relevante das despesas públicas serem de caráter obrigatório e de difícil eliminação ou contenção uma vez criadas); assim, havendo frustração de receitas, não resta ao gestor outra alternativa para cumprir as metas fiscais vigentes senão cortar despesas discricionárias”.

Ocorre que a Administração Municipal nesse momento, se encontra em outro cenário, com a chegada da pandemia ocasionada pelo Novo Coronavírus, necessidade de maiores gastos com Saúde.

O Município de Toritama através do Decreto Municipal nº. 14, de 25 de março de 2020 decretou a situação de calamidade em todo o território da municipalidade. Sendo reconhecida pela Assembleia Legislativa de Pernambuco-ALEPE, em sessão no dia 08/04/2020, nos termos do **artigo 65 da Lei Complementar nº. 101 de 2000 (LRF)**.

Conforme previsão expressa do artigo acima destacado da Lei de Responsabilidade Fiscal que estabelece em seus incisos:

- I- Serão suspensas a contagem dos prazos e as disposições estabelecidas nos artigos 23, 31 e 70;
- II- **Serão dispensados o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no artigo 9º (grifo nosso).**

Contudo tal suspensão, é válida tão somente para as despesas relacionadas ao enfrentamento da pandemia.

Corroborando com o entendimento desse Órgão de Controle Interno, a **Nota Técnica 2123/2020**, do Ministério da Economia esclarece que a suspensão do artigo 42 vale, tão somente, para as despesas Covid-19 e, não, para as demais:

As alterações introduzidas no art. 65 da Lei Complementar nº. 101 de 2000 (LRF) **afastam também as vedações e sanções relacionadas aos itens e condições a seguir:**

[...]

Exigência de disponibilidade de caixa para cobrir as obrigações contraídas nos dois últimos quadrimestres do mandato do titular do Poder ou órgão (exigência prevista no art. 42 da LRF), **desde que essas obrigações sejam referentes ao combate à calamidade pública.**

E para fins de cumprimento da supracitada legislação, este Órgão de Controle Interno apresenta o **Relatório Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais**, pois já observamos queda na arrecadação o que implica na necessidade de contingenciamento de despesas não relacionadas com o enfrentamento da pandemia.

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Os dados foram extraídos do relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 1º bimestre de 2021, publicado em 30/03/2021, produzido pela contabilidade e publicado no portal do SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FISCAIS DO SETOR PÚBLICO-SICONFI, acesso:

[siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao\\_list.jsf](http://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao_list.jsf).

## 2. ORÇAMENTO

### 2.1- Lei Orçamentária Anual (LOA)

A LOA estabelece o orçamento municipal, que estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro do ano seguinte. O orçamento é um instrumento que contribui para a transparência das contas públicas ao permitir que todo cidadão acompanhe e fiscalize a correta aplicação dos recursos públicos.

A Lei Municipal nº 1.759, de 29/12/2020 é a LOA para o exercício de 2021 do Município de Toritama.

LOA 2021		Receita Estimada	Despesa Fixada	%
Orçamento Fiscal		R\$ 96.163.000,00	R\$ 80.797.981,45	74,45%
Orçamento da Seguridade Social	Saúde	R\$ 11.159.000,00	R\$ 20.154.575,75	18,57%
	Assistência Social	R\$ 1.203.000,00	R\$ 7.242.442,80	6,67%
	Previdência	R\$ -	R\$ 330.000,00	0,30%
<b>TOTAL</b>		<b>108.525.000,00</b>	<b>108.525.000,00</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Lei Municipal nº 1.759/2020 - Lei Orçamentária Anual 2021

Quanto aos créditos adicionais, a LOA 2021 dispõe que o Poder Executivo está autorizado a abrir créditos suplementares diretamente por decreto até o limite de 40% do valor da despesa fixada.

<b>Valor do Orçamento Geral</b>	<b>R\$ 108.525.000,00</b>
Percentual, conforme LOA - Art. 8º	<b>40%</b>
<b>Suplementação Autorizada na LOA</b>	<b>R\$ 43.410.000,00</b>

Observa-se que ocorreram abertura de créditos adicionais suplementares até o 1º bimestre de 2021 no montante de R\$ 7.973.478,82, conforme tabela detalhada abaixo:

**ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (CRÉDITOS  
ADICIONAIS SUPLEMENTARES) REALIZADAS ATÉ 1º  
BIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2021**

a) Valor dos Acréscimos (suplementar)	R\$	7.973.478,82
b) Valor dos Decréscimos (redução)	R\$	7.973.478,82
c) Diferença (a - b)	R\$	-
d) Percentual total suplementado		<b>7,10%</b>
<b>SENDO:</b>		
e) Valor não onerado (art. 10 da LOA)	R\$	<b>7.973.478,82</b>
f) Valor onerado	R\$	-
g) Percentual onerado /aplicado (art.10 da LOA)		<b>0,00%</b>

Fonte: Contabilidade e Lei Orçamentária Anual 2021.

## 2.2 - Execução Orçamentária

Na tabela seguinte destacamos o valor previsto do orçamento por categoria econômica da receita, onde verifica-se que até o 1º bimestre de 2021 foi executado 16,80% do planejado.

RECEITAS PREVISTAS E REALIZADAS			
Receita	Previsão Atualizada	Realizada	
I - Receitas Correntes	R\$ 104.638.000,00	R\$ 18.227.023,24	
II - Receitas de Capital	R\$ 3.887.000,00	R\$ -	
III - Receita Total	R\$ 108.525.000,00	R\$ 18.227.023,24	
<b>Percentual arrecadado</b>		<b>16,80%</b>	

Enquanto a despesa realizada (liquidada) representa **10,98%** do valor fixado no Orçamento. E **em relação a receita arrecadada, a despesa liquidada foi menor em 5,82%.**

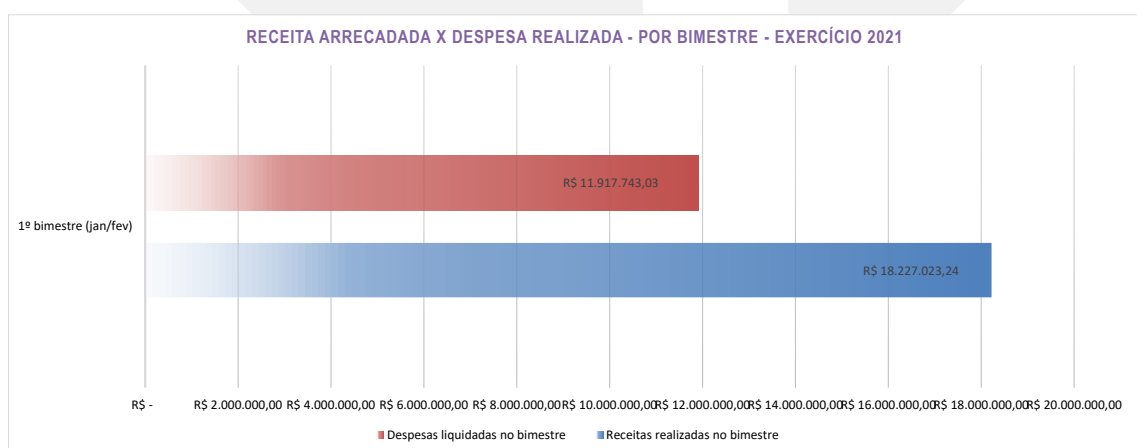
DESPESAS PREVISTAS E REALIZADAS				
Despesa	Prevista	Empenhada	Liquidada	Paga
I - Despesas Correntes	R\$ 91.981.000,00	R\$ 56.891.301,28	R\$ 11.219.869,12	R\$ 8.797.246,71
II - Despesas de Capital	R\$ 14.451.000,00	R\$ 4.513.841,41	R\$ 697.873,91	R\$ 697.873,01
III - Reserva de Contingência	R\$ 2.093.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
IV - Despesa Total	R\$ 108.525.000,00	R\$ 61.405.142,69	R\$ 11.917.743,03	R\$ 9.495.119,72
<b>Percentual realizado (liquidado)</b>		<b>10,98%</b>		

Segue abaixo a despesa detalhada por órgão, evidenciando o montante a pagar liquidada de R\$ 2.422.623,31, deste R\$ 2.422.528,91 correspondente ao Poder Executivo. Ressaltamos que na coluna a pagar não liquidado temos os empenhos estimados para todo o exercício de 2021, a exemplo da folha de pagamento e previdência, assim como os empenhos dos contratos vigentes para o exercício:

DESPESA POR ÓRGÃO						
Órgão	Empenhada	Liquidada	Paga	A Pagar Liquidado	A Pagar Não Liquidado	Total a Pagar
PREFEITURA	R\$ 38.690.726,62	R\$ 7.733.328,24	R\$ 6.755.594,19	R\$ 977.734,05	R\$ 30.957.398,38	R\$ 31.935.132,43
FMS	R\$ 14.922.892,20	R\$ 3.379.798,72	R\$ 1.992.582,86	R\$ 1.387.215,86	R\$ 11.543.093,48	R\$ 12.930.309,34
FMAS	R\$ 3.841.181,95	R\$ 379.363,88	R\$ 344.100,01	R\$ 35.263,87	R\$ 3.461.818,07	R\$ 3.497.081,94
CTTU	R\$ 1.324.869,23	R\$ 156.844,53	R\$ 134.529,40	R\$ 22.315,13	R\$ 1.168.024,70	R\$ 1.190.339,83
CÂMARA	R\$ 2.625.472,69	R\$ 268.407,66	R\$ 268.313,26	R\$ 94,40	R\$ 2.357.065,03	R\$ 2.357.159,43
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 61.405.142,69</b>	<b>R\$ 11.917.743,03</b>	<b>R\$ 9.495.119,72</b>	<b>R\$ 2.422.623,31</b>	<b>R\$ 49.487.399,66</b>	<b>R\$ 51.910.022,97</b>

Abaixo, pode-se verificar o resultado orçamentário por bimestre do exercício de 2021. Até o 1º, houve superávit de R\$ 6.309.280,21.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR BIMESTRE - EXERCÍCIO DE 2021				
Bimestre	Despesas		Resultado Orçamentário no bimestre	
	Receitas realizadas no bimestre	liquidadas no bimestre		
1º bimestre (jan/fev)	R\$ 18.227.023,24	R\$ 11.917.743,03	R\$ 6.309.280,21	
<b>Total até o Bimestre</b>	<b>R\$ 18.227.023,24</b>	<b>R\$ 11.917.743,03</b>	<b>R\$ 6.309.280,21</b>	



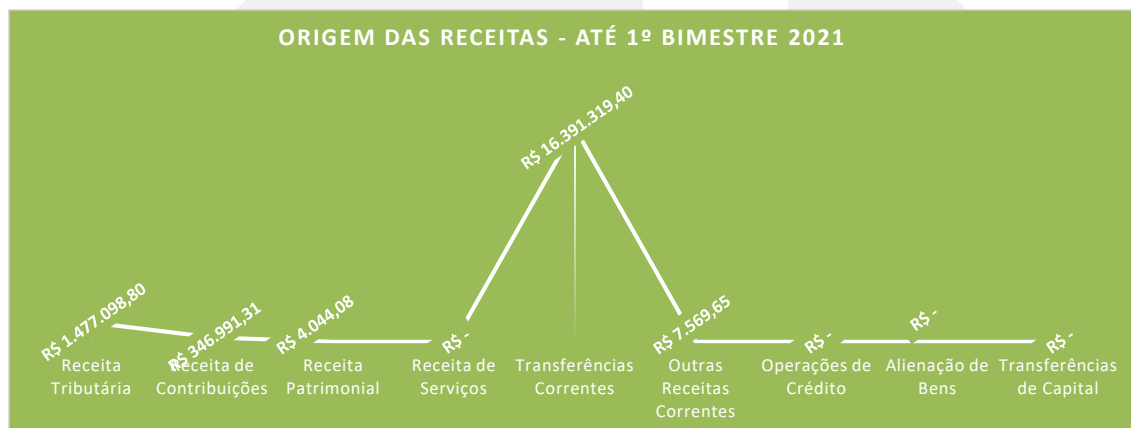
## 2.3– Receita Pública

A receita prevista até o 1º bimestre de 2021 foi de R\$ 18.087.500,00, a realizada foi de R\$ 18.227.023,24, arrecadada a maior R\$ 139.523,24. Abaixo um quadro e gráfico com as análises das receitas auferidas até o 1º bimestre pela municipalidade.

DISCRIMINAÇÃO DA RECEITA	PREVISÃO ATUALIZADA DA RECEITA PARA O EXERCÍCIO DE 2021	RECEITA PREVISTA ATÉ O 1º BIMESTRE 2021	RECEITA REALIZADA ATÉ 1º BIMESTRE 2021	RECEITA ARRECADADA A MAIOR ATÉ O 1º BIMESTRE 2021	PERCENTUAL DO ARRECADADO SOBRE A RECEITA PREVISTA PARA O BIMESTRE
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	R\$ 104.638.000,00	R\$ 17.439.666,67	R\$ 18.227.023,24	R\$ 787.356,57	104,51%
Receita de Impostos, Taxas e Contribuições	R\$ 11.208.000,00	R\$ 1.868.000,00	R\$ 1.477.098,80	-R\$ 390.901,20	79,07%
Receita de Contribuições	R\$ 1.596.000,00	R\$ 266.000,00	R\$ 346.991,31	R\$ 80.991,31	130,45%
Receita Patrimonial	R\$ 218.000,00	R\$ 36.333,33	R\$ 4.044,08	-R\$ 32.289,25	11,13%
Receita de Serviços	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00%
Transferências Correntes	R\$ 91.415.000,00	R\$ 15.235.833,33	R\$ 16.391.319,40	R\$ 1.155.486,07	107,58%
Outras Receitas Correntes	R\$ 201.000,00	R\$ 33.500,00	R\$ 7.569,65	-R\$ 25.930,35	22,60%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	R\$ 3.887.000,00	R\$ 647.833,33	R\$ -	-R\$ 647.833,33	0,00%
Operações de Crédito	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00%
Alienação de Bens	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00%
Transferências de Capital	R\$ 3.887.000,00	R\$ 647.833,33	R\$ -	-R\$ 647.833,33	0,00%
Outras Receitas de Capital	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0,00%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 108.525.000,00</b>	<b>R\$ 18.087.500,00</b>	<b>R\$ 18.227.023,24</b>	<b>R\$ 139.523,24</b>	<b>100,77%</b>

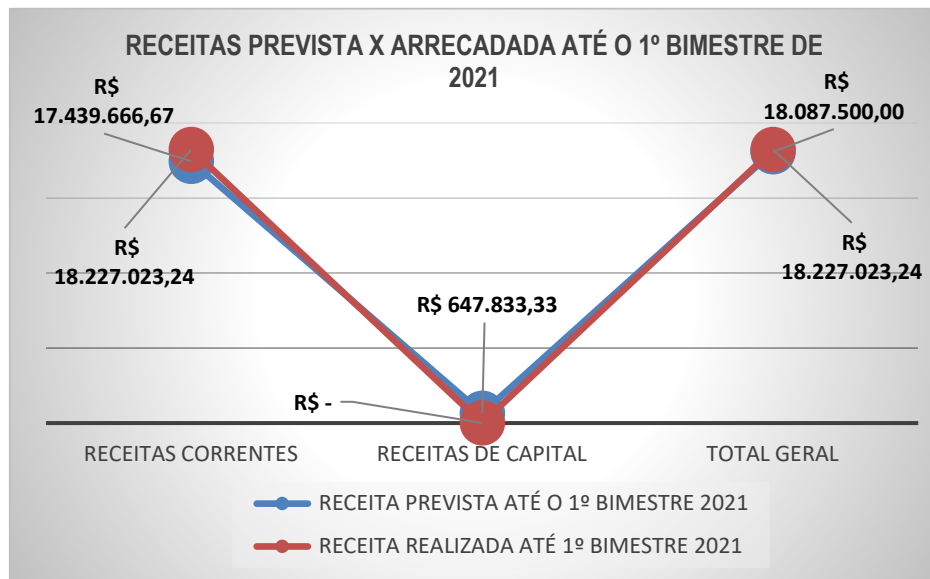
Fonte: RREO- 1º BIMESTRE/2021, disponível em <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>

Na tabela acima, destacam-se as transferências correntes que representa **89,93%** do total da receita arrecadada.



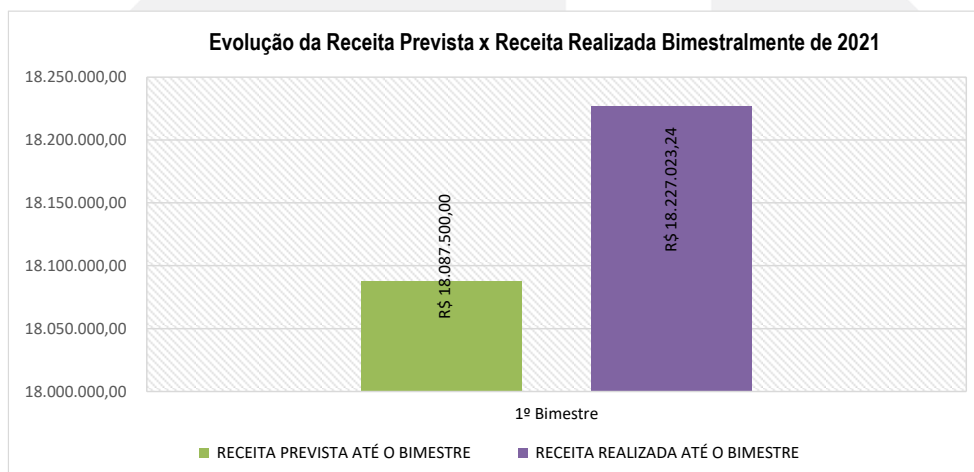
Abaixo, representamos graficamente a receita prevista e realizada até o 1º bimestre do exercício de 2021:





Segue, através de planilha e gráfico, comparativo das metas com a receita arrecadada bimestralmente:

PERÍODO	RECEITA PREVISTA ATÉ O BIMESTRE	RECEITA REALIZADA ATÉ O BIMESTRE	DIFERENÇA
1º Bimestre	R\$ 18.087.500,00	R\$ 18.227.023,24	R\$ 139.523,24



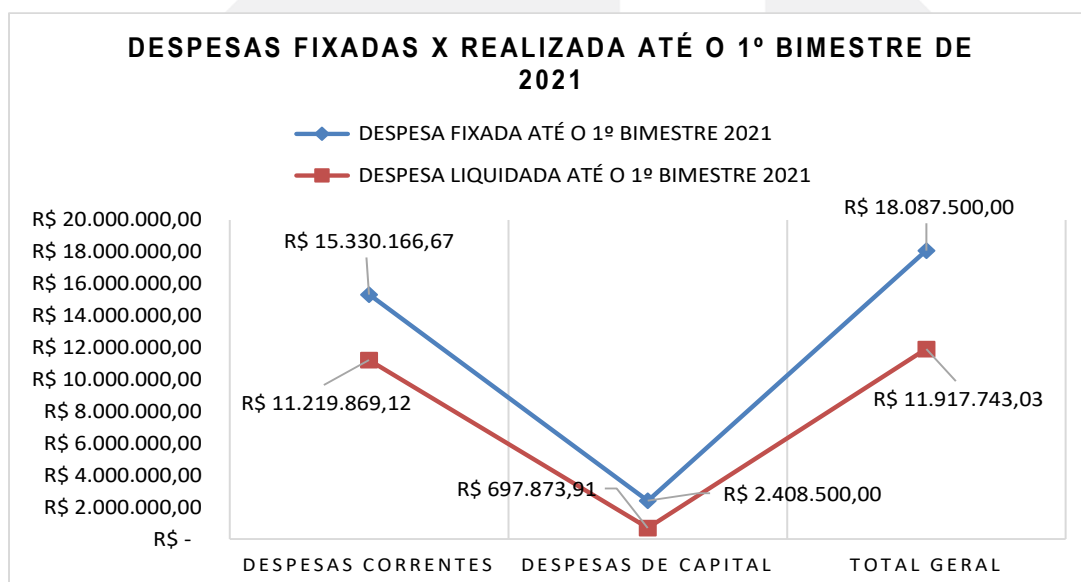
## 2.4 – Despesa Pública

A despesa fixada até o 1º bimestre de 2021 foi de R\$ 18.087.500,00, a realizada foi de R\$ 11.917.743,03, executada a menor R\$ 6.169.756,97. Abaixo um quadro e gráfico com as análises das despesas realizadas até o 1º bimestre pela municipalidade.

DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA	DESPESA ATUALIZADA PARA O EXERCÍCIO DE 2021	DESPESA FIXADA ATÉ O 1º BIMESTRE 2021	DESPESA LIQUIDADADA ATÉ O 1º BIMESTRE 2021	DESPESA LIQUIDADADA A MENOR ATÉ O 1º BIMESTRE 2021	PERCENTUAL DA DESPESA REALIZADA SOBRE A DESPESA FIXADA PARA O BIMESTRE
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	R\$ 91.981.000,00	R\$ 15.330.166,67	R\$ 11.219.869,12	R\$ 4.110.297,55	73,19%
Pessoal e encargos Sociais	R\$ 59.709.000,00	R\$ 9.951.500,00	R\$ 7.907.714,17	R\$ 2.043.785,83	79,46%
Juros e encargos da dívida	R\$ 1.064.000,00	R\$ 177.333,33	R\$ 110.204,05	R\$ 67.129,28	62,15%
Outras despesas correntes	R\$ 31.208.000,00	R\$ 5.201.333,33	R\$ 3.201.950,90	R\$ 1.999.382,43	61,56%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	R\$ 14.451.000,00	R\$ 2.408.500,00	R\$ 697.873,91	R\$ 1.710.626,09	28,98%
Investimentos	R\$ 13.112.000,00	R\$ 2.185.333,33	R\$ 619.746,05	R\$ 1.565.587,28	28,36%
Inversões Financeiras	R\$ 100.000,00	R\$ 16.666,67	R\$ -	R\$ 16.666,67	0,00%
Amortização da Dívida	R\$ 1.239.000,00	R\$ 206.500,00	R\$ 78.127,86	R\$ 128.372,14	37,83%
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	R\$ 2.093.000,00	R\$ 348.833,33	R\$ -	R\$ 348.833,33	0,00%
<b>TOTAL GERAL</b>	R\$ 108.525.000,00	R\$ 18.087.500,00	R\$ 11.917.743,03	R\$ 6.169.756,97	65,89%

Fonte: RREO- 1º BIMESTRE/2021, disponível em <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>

Abaixo, representamos graficamente a despesa fixada e realizada até o 1º bimestre do exercício de 2021:

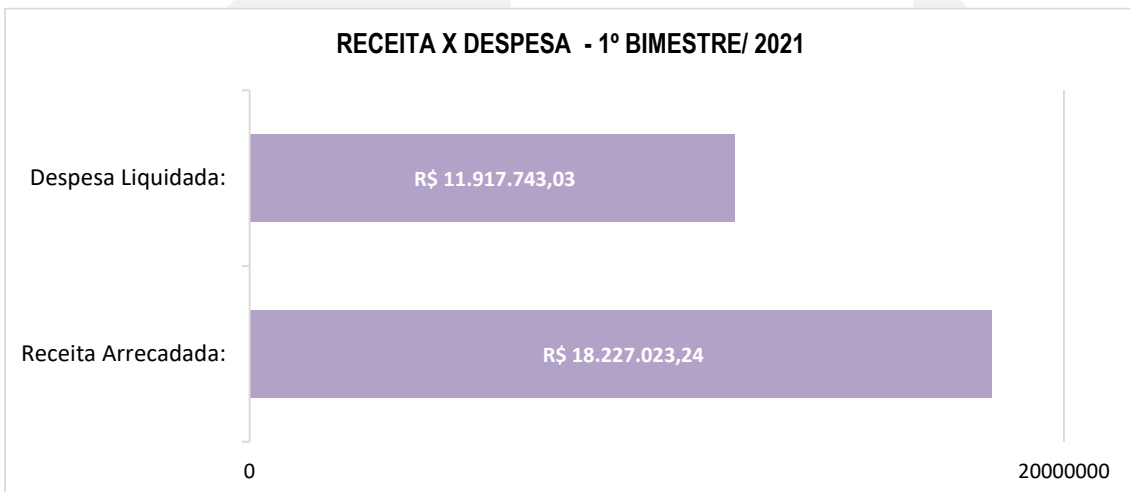


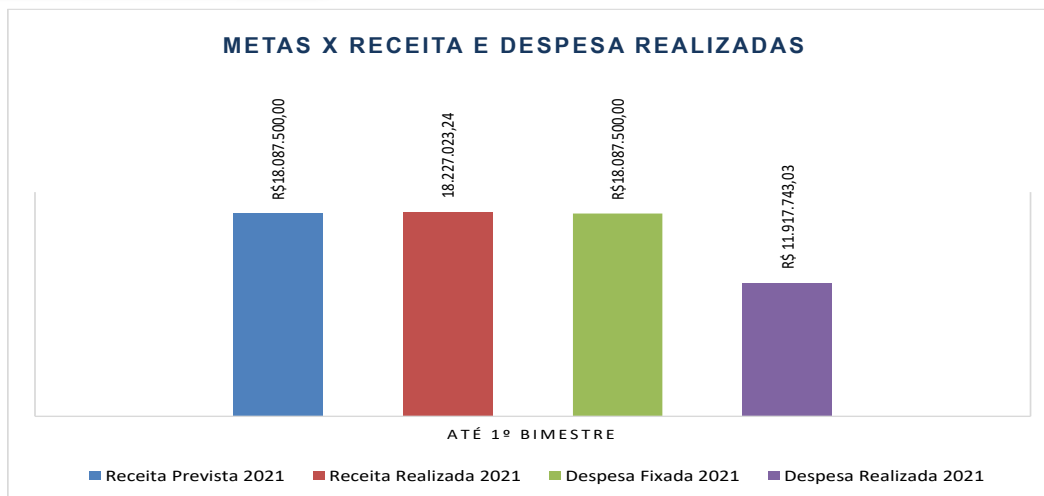
O gráfico abaixo evidencia as principais despesas, onde se observa que os maiores gastos até o 1º bimestre de 2021 foram com Pessoal e Encargos Sociais.



Contudo, verifica-se que as receitas realizadas (arrecadadas) foram superiores as despesas liquidadas gerando **superávit orçamentário de R\$ 6.309.280,21**, conforme planilha abaixo:

RECEITA X DESPESA LIQUIDADA	
Receita Arrecadada:	R\$ 18.227.023,24
Despesa Liquidada:	R\$ 11.917.743,03
<b>Superávit:</b>	<b>R\$ 6.309.280,21</b>





## 2.5– Receita Corrente Líquida - RCL

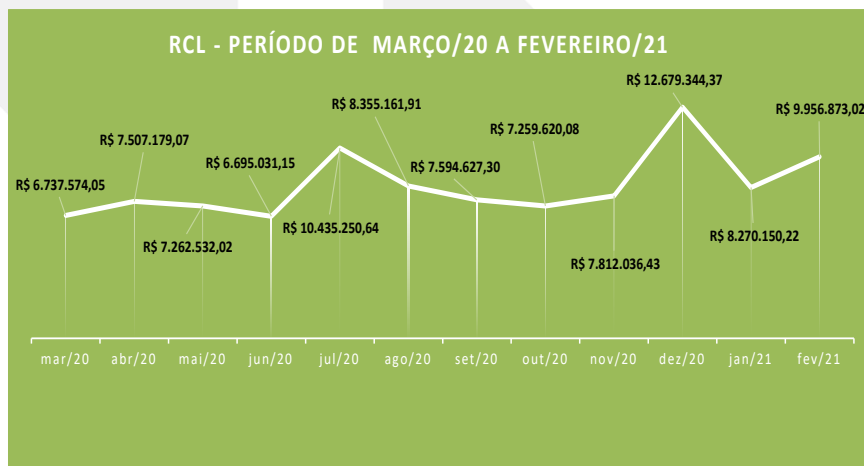
Conforme a LRF, a RCL é o somatório das receitas de impostos, taxas e contribuições de melhoria, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes do ente da Federação, deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF, não cabendo interpretações que extrapolem os dispositivos legais.

A RCL deverá ser apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores.

A Receita Corrente Líquida (RCL) apurada até 1º bimestre de 2021, período de março de 2020 a fevereiro de 2021 foi de R\$ 100.565.380,26.

No gráfico a seguir, fica evidenciado a oscilação da receita corrente líquida.

RCL- MAR/2020 A FEV/2021	
jan/21	R\$ 8.270.150,22
fev/21	R\$ 9.956.873,02
mar/20	R\$ 6.737.574,05
abr/20	R\$ 7.507.179,07
mai/20	R\$ 7.262.532,02
jun/20	R\$ 6.695.031,15
jul/20	R\$ 10.435.250,64
ago/20	R\$ 8.355.161,91
set/20	R\$ 7.594.627,30
out/20	R\$ 7.259.620,08
nov/20	R\$ 7.812.036,43
dez/20	R\$ 12.679.344,37
<b>TOTAL</b>	<b>100.565.380,26</b>



Segue série histórica através de tabelas e gráficos das RCL auferidas nos exercícios de 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021:

COMPETÊNCIA	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
JANEIRO	5.241.792,39	5.669.021,82	5.782.319,00	5.344.622,12	6.253.971,15	7.694.268,97	7.855.750,24	8.270.150,22
FEVEREIRO	5.645.927,42	5.102.427,63	5.428.262,15	7.207.540,52	7.621.961,85	8.166.940,78	9.348.311,93	9.956.873,02
MARÇO	4.581.462,58	5.647.272,74	5.594.235,47	5.726.766,27	5.783.698,49	6.351.114,57	6.737.574,05	0,00
ABRIL	4.983.916,64	5.745.918,84	5.490.906,33	5.852.416,63	5.639.636,69	7.093.784,92	7.507.179,07	0,00
MAIO	5.654.576,77	5.423.574,39	6.998.501,26	6.192.172,49	8.120.443,66	7.125.707,60	7.262.532,02	0,00
JUNHO	3.996.398,58	5.130.822,54	5.387.733,92	5.780.598,96	7.454.990,44	7.025.737,22	6.695.031,15	0,00
JULHO	4.911.991,31	4.453.998,61	5.288.665,93	6.445.367,92	7.722.791,78	10.577.081,24	10.435.250,64	0,00
AGOSTO	4.438.644,43	4.682.086,78	5.160.685,52	5.454.529,21	6.518.221,03	6.650.531,28	8.355.161,91	0,00
SETEMBRO	4.459.706,38	4.290.172,24	4.386.736,19	6.239.404,10	5.280.709,17	6.146.139,59	7.594.627,30	0,00
OUTUBRO	3.966.649,08	4.537.015,00	5.253.936,74	5.632.096,07	6.208.406,17	6.417.443,78	7.259.620,08	0,00
NOVEMBRO	4.559.633,48	5.027.905,73	6.938.241,22	6.079.256,01	7.099.335,11	7.926.235,31	7.812.036,43	0,00
DEZEMBRO	6.239.156,67	6.327.468,47	9.404.501,94	8.799.563,72	8.786.656,43	12.214.703,92	12.474.367,93	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>58.679.855,73</b>	<b>62.037.684,79</b>	<b>71.114.725,67</b>	<b>74.754.334,02</b>	<b>82.490.821,97</b>	<b>93.389.689,18</b>	<b>99.337.442,75</b>	<b>18.227.023,24</b>

### 3. RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

**Resultado Primário** poder ser entendido, como o esforço fiscal direcionado à diminuição do estoque da dívida pública. A apuração acima da linha do Resultado Primário possibilita uma avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da Federação. Superávits primários representam esforço fiscal no sentido de diminuição da dívida consolidada líquida. Em contrapartida, déficits primários têm como consequência o aumento da DCL.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS  
2021

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, Art. 4º § 1º) R\$ milhares.

ESPECIFICAÇÃO	2021				2022				2023			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100
Receita Total	108.525	105.364	0,05	119,05	109.107	102.347	0,05	118,95	112.835	102.343	0,05	122,25
Receitas Primárias (I)	108.307	105.152	0,05	118,81	108.881	102.135	0,05	118,70	112.801	102.131	0,05	122,00
Despesa Total	108.525	105.364	0,05	119,05	109.107	102.347	0,05	118,95	112.835	102.344	0,05	122,25
Despesas Primárias (II)	98.664	95.790	0,05	108,23	102.413	96.068	0,05	111,65	105.915	96.068	0,05	114,76
Resultado Primário (III) = (I - II)	9.643	9.562	0,00	10,58	6.468	6.068	0,00	7,05	5.685	6.084	0,00	7,24
Resultado Nominal	8.797	8.541	0,00	9,65	5.578	5.232	0,00	6,08	5.735	5.202	0,00	6,21
Dívida Pública Consolidada	25.835	25.083	0,01	28,34	24.140	22.644	0,01	26,32	22.445	20.358	0,01	24,32
Dívida Consolidada Líquida	19.905	19.325	0,01	21,84	18.003	16.887	0,01	19,63	16.098	14.801	0,01	17,44
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

Fonte: LDO para 2021.

Contudo, observa-se o seguinte até o 1º bimestre de 2021:

RESULTADO PRIMÁRIO	
Meta na LDO para o exercício de 2021	R\$ 9.643.000,00
<b>Resultado Primário apurado até o 1º bimestre de 2021 (Acima da Linha)</b>	<b>R\$ 8.737.114,63</b>

Fonte: Anexo 06 do RREO - 1º bimestre de 2021

**Resultado Nominal** representa a variação da DCL em dado período e pode ser obtido a partir do resultado primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos).

Como exposto acima, o Resultado nominal pode ser obtido “acima da linha” por meio da soma da conta de juros com o resultado obtido da diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias.

Contudo, observa-se o seguinte até o 1º bimestre de 2021:

<b>RESULTADO NOMINAL</b>		
Meta na LDO para o exercício de 2021	R\$	8.797.000,00
<b>Resultado Nominal apurado até o 1º bimestre de 2021 (Acima da Linha)</b>	<b>R\$</b>	<b>8.630.819,56</b>
<i>Fonte: Anexo 06 do RREO - 1º bimestre de 2021</i>		

#### **4. DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA**

É relevante ressaltar que a Dívida Consolidada Pública, a que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, envolve os compromissos legalmente assumidos de longo prazo, como parcelamentos de dívidas previdenciárias e de operação de crédito.

O Montante da Dívida Consolidada Bruta no 1º bimestre de 2021 foi de R\$ **R\$ 26.836.529,99**.

Com objetivo de assegurar a transparência das obrigações contraídas pelo município e verificar os limites de endividamento estabelecidos pela LRF, o RGF do Poder Executivo deve conter o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (DCL).

O Senado Federal definiu, através do art. 3º, inciso I, da Resolução nº 40/2001, que a DCL dos municípios está limitada a 120% da receita corrente líquida.

A DCL do Município de Toritama, no 1º bimestre do exercício de 2021, alcançou R\$ 5.315.858,96, o que representa 5,39% da RCL Ajustada, estando enquadrada em relação ao limite estabelecido pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.

#### **5. DESPESA COM PESSOAL**

A LRF, em seu art. 20, inciso III, definiu que a despesa total com pessoal (DTP) do Poder Executivo não deve ultrapassar 54% da RCL do respectivo período de apuração.

Quanto o Município alcança 95% do limite da RCL (51,30%) com DP fica vedada a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição, bem como outras vedações que constam dos incisos II a V do parágrafo único do art. 22 da LRF. Este limite e chamado de limite prudencial.

A despesa total com pessoal será apurada somando-se o mês de referência com os dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

A Despesa com pessoal no 1º bimestre de 2021, apurada no período de março/2020 a fevereiro/2021, conforme estabelece a LRF, foi de R\$ 54.511.128,25 (deduzido 1/3 de férias) que representa 55,30% da RCL.

<b>DESPESA COM PESSOAL (DP) X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) - SEGUNDO ACÓRDÃO TC Nº.0355/2018 (Deduzidos as verbas indenizatórias), COM A RCL AJUSTADA</b>		
RCL:	R\$	100.565.380,26
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas	R\$	2.000.000,00
RCL Ajustada:	R\$	98.565.380,26
DP:	R\$	54.511.128,25
<b>PERCENTUAL:</b>		<b>55,30%</b>





## CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

### RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (MENSAL E POR ÓRGÃO)

#### EXERCÍCIO DE 2017

ÓRGÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL POR ÓRGÃO EM 2017
PREFEITURA	5.076.067,45	6.473.409,95	5.126.286,54	5.353.058,53	5.703.682,49	5.231.301,55	5.961.036,94	4.943.119,27	5.749.438,74	5.091.564,14	5.482.998,56	7.846.610,36	68.038.574,52
FUNDO DE SAÚDE	249.874,65	686.028,27	529.545,99	467.018,11	473.907,26	474.347,80	461.732,06	496.675,67	445.071,62	483.221,29	540.670,95	555.077,60	5.863.171,27
FMAS	18.680,02	48.102,30	70.933,74	32.339,99	14.582,74	74.949,61	22.598,92	14.734,27	44.893,74	57.310,64	55.586,50	397.875,76	852.588,23
CONIAPE													
<b>TOTAL GERAL DA RCL</b>	<b>5.344.622,12</b>	<b>7.207.540,52</b>	<b>5.726.766,27</b>	<b>5.852.416,63</b>	<b>6.192.172,49</b>	<b>5.780.598,96</b>	<b>6.445.367,92</b>	<b>5.454.529,21</b>	<b>6.239.404,10</b>	<b>5.632.096,07</b>	<b>6.079.256,01</b>	<b>8.799.563,72</b>	<b>74.754.334,02</b>

#### EXERCÍCIO DE 2018

ÓRGÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL POR ÓRGÃO EM 2018
PREFEITURA	5.849.291,57	7.086.552,49	5.240.164,64	4.636.860,56	7.604.700,89	5.932.370,39	7.166.495,95	5.893.330,53	4.786.319,12	5.659.684,74	6.603.098,48	7.881.881,22	74.340.750,58
FUNDO DE SAÚDE	403.430,19	518.956,15	463.211,86	781.217,49	495.310,08	1.453.690,39	480.838,72	515.429,28	437.908,11	470.299,52	465.315,72	781.401,80	7.267.009,31
FMAS	1.249,39	16.453,21	80.321,99	221.558,64	20.432,69	68.929,66	75.457,11	109.461,22	56.481,94	78.421,91	30.920,91	123.373,41	883.062,08
CTTU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CONIAPE													-
<b>TOTAL GERAL DA RCL</b>	<b>6.253.971,15</b>	<b>7.621.961,85</b>	<b>5.783.698,49</b>	<b>5.639.636,69</b>	<b>8.120.443,66</b>	<b>7.454.990,44</b>	<b>7.722.791,78</b>	<b>6.518.221,03</b>	<b>5.280.709,17</b>	<b>6.208.406,17</b>	<b>7.099.335,11</b>	<b>8.786.656,43</b>	<b>82.490.821,97</b>

#### EXERCÍCIO DE 2019

ÓRGÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL POR ÓRGÃO EM 2019
PREFEITURA	7.412.783,29	7.638.874,93	5.836.043,57	6.499.917,34	6.656.272,38	6.228.067,64	7.939.532,13	6.136.499,06	5.677.488,40	5.794.152,15	6.379.861,26	10.389.292,58	82.588.784,73
FUNDO DE SAÚDE	268.108,48	481.896,69	474.183,52	490.905,16	455.501,78	736.162,39	2.572.040,00	450.836,46	455.406,81	565.218,96	1.447.846,00	1.684.192,00	10.082.298,25
FMAS	13.377,20	46.169,16	40.887,48	102.962,42	13.933,44	61.507,19	65.509,11	63.195,76	13.244,38	58.072,67	98.528,05	141.019,74	718.406,60
CTTU												199,60	199,60
CONIAPE													-
<b>TOTAL GERAL DA RCL</b>	<b>7.694.268,97</b>	<b>8.166.940,78</b>	<b>6.351.114,57</b>	<b>7.093.784,92</b>	<b>7.125.707,60</b>	<b>7.025.737,22</b>	<b>10.577.081,24</b>	<b>6.650.531,28</b>	<b>6.146.139,59</b>	<b>6.417.443,78</b>	<b>7.926.235,31</b>	<b>12.214.703,92</b>	<b>93.389.689,18</b>

#### EXERCÍCIO DE 2020

ÓRGÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL POR ÓRGÃO EM 2020
PREFEITURA	7.476.241,35	8.852.738,07	6.162.465,92	5.813.706,71	5.369.590,97	6.623.899,85	7.903.492,36	7.403.285,45	6.747.512,53	6.541.668,04	6.833.659,91	11.760.454,96	87.488.716,12
FUNDO DE SAÚDE	360.337,55	495.425,43	504.256,32	1.652.073,97	1.162.106,53	508.754,41	2.510.069,92	843.853,34	694.382,62	676.573,82	951.074,91	841.827,33	11.200.736,15
FMAS	19.171,34	148,43	70.778,37	41.198,87	163.200,64	129.861,86	21.688,36	108.023,12	152.732,15	41.378,22	27.301,61	77.062,08	852.545,05
CTTU			73,44	199,52	133,01	15,90	-						421,87
CONIAPE													-
<b>TOTAL GERAL DA RCL</b>	<b>7.855.750,24</b>	<b>9.348.311,93</b>	<b>6.737.574,05</b>	<b>7.507.179,07</b>	<b>6.695.031,15</b>	<b>7.262.532,02</b>	<b>10.435.250,64</b>	<b>8.355.161,91</b>	<b>7.594.627,30</b>	<b>7.259.620,08</b>	<b>7.812.036,43</b>	<b>12.679.344,37</b>	<b>99.542.419,19</b>

#### EXERCÍCIO DE 2021

ÓRGÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL POR ÓRGÃO EM 2021
PREFEITURA	7.994.108,41	9.488.359,96											17.482.468,37
FUNDO DE SAÚDE	276.006,28	454.250,17											730.256,45
FMAS	35,53	14.262,89											14.298,42
CTTU	-												-
CONIAPE													-
<b>TOTAL GERAL DA RCL</b>	<b>8.270.150,22</b>	<b>9.956.873,02</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>18.227.023,24</b>

<b><i>RCL - JAN A DEZ/2017</i></b>	<b><i>R\$ 74.754.334,02</i></b>
<b><i>RCL - JAN A DEZ/2018</i></b>	<b><i>R\$ 82.490.821,97</i></b>
<b><i>RCL - JAN A DEZ/2019</i></b>	<b><i>R\$ 93.389.689,18</i></b>
<b><i>RCL - JAN A FEV/2020</i></b>	<b><i>R\$ 17.204.062,17</i></b>
<b><i>RCL - JAN A FEV/2021</i></b>	<b><i>R\$ 18.227.023,24</i></b>
<b><i>Acréscimo em 2021 em relação a 2020:</i></b>	<b><i>R\$ 1.022.961,07</i></b>



## CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

### DESPESA COM PESSOAL (Mensal e por Entidade)

#### EXERCÍCIO DE 2017

ÓRGÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL POR ÓRGÃO EM 2017
PREFEITURA	1.415.831,11	1.534.465,96	2.455.664,24	2.249.853,85	2.271.295,44	2.821.892,06	2.516.383,50	2.530.361,88	2.496.554,64	3.357.132,84	2.406.015,14	3.651.197,30	29.706.647,96
FUNDO DE SAÚDE	589.666,41	722.947,98	799.345,24	847.917,71	907.238,04	864.876,52	904.482,55	914.535,60	925.463,39	1.237.231,89	955.933,22	1.350.393,02	11.020.031,57
FMAS	125.446,37	127.236,84	160.661,06	69.535,94	202.811,74	151.767,22	147.867,14	139.438,34	166.850,70	182.552,02	146.520,49	235.338,87	1.856.026,73
CONIAPE	-	-	3.117,93	4.818,25	3.011,88	1.645,75	1.634,65	3.323,22	2.927,96	3.036,99	3.577,89	3.237,45	30.331,97
<b>TOTAL GERAL DA</b>	<b>2.130.943,89</b>	<b>2.384.650,78</b>	<b>3.415.670,54</b>	<b>3.167.307,50</b>	<b>3.381.345,22</b>	<b>3.838.535,80</b>	<b>3.568.733,19</b>	<b>3.584.335,82</b>	<b>3.588.868,73</b>	<b>4.776.916,75</b>	<b>3.508.468,85</b>	<b>5.240.166,64</b>	<b>42.613.038,23</b>

#### EXERCÍCIO DE 2018 (sem dedução de 1/3 de férias)

ÓRGÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL POR ÓRGÃO EM 2018
PREFEITURA	1.695.089,02	1.923.251,17	2.303.471,77	2.411.418,62	2.443.077,57	2.434.507,49	2.517.835,35	2.658.606,91	2.672.523,92	2.615.057,64	3.405.928,56	3.581.845,08	30.662.613,10
FUNDO DE SAÚDE	776.682,16	874.545,51	894.006,73	960.934,99	895.690,21	910.929,58	924.747,23	926.645,05	926.075,63	882.189,96	1.267.068,52	1.198.192,27	11.437.707,84
FMAS	144.955,03	133.408,39	151.068,54	149.964,48	140.287,70	181.565,89	152.715,28	150.926,74	128.101,62	122.007,16	237.411,31	256.538,75	1.948.950,89
CTTU	22.230,41	23.607,00	30.439,00	27.084,00	27.684,00	27.084,00	27.550,67	22.575,00	31.968,00	27.041,20	41.046,66	42.510,85	350.820,79
CONIAPE	7.210,94	7.123,34	5.866,42	8.645,32				29.093,48	7.397,34	5.873,16	11.658,18	9.876,66	92.744,84
<b>TOTAL GERAL DA</b>	<b>2.646.167,56</b>	<b>2.961.935,41</b>	<b>3.384.852,46</b>	<b>3.558.047,41</b>	<b>3.535.832,96</b>	<b>3.554.086,96</b>	<b>3.622.848,53</b>	<b>3.758.753,70</b>	<b>3.766.066,51</b>	<b>3.652.169,12</b>	<b>4.963.113,23</b>	<b>5.088.963,61</b>	<b>44.492.837,46</b>

#### EXERCÍCIO DE 2019 (sem dedução de 1/3 de férias)

ÓRGÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL POR ÓRGÃO EM 2019
PREFEITURA	1.701.756,52	2.001.988,58	2.557.324,63	2.594.852,16	2.632.884,69	2.676.359,90	2.675.068,23	2.687.750,63	2.700.060,86	2.642.457,65	3.657.730,92	4.308.653,48	32.836.888,25
FUNDO DE SAÚDE	802.024,10	847.009,30	872.577,26	906.052,26	931.391,12	952.230,30	993.279,65	994.666,81	971.541,36	945.528,55	1.312.883,13	1.448.680,32	11.977.864,16
FMAS	102.449,54	163.276,98	146.151,20	146.419,73	146.655,02	149.090,92	147.081,12	147.357,44	144.455,72	144.539,28	204.680,72	230.048,19	1.872.205,86
CTTU	27.081,07	40.958,11	28.574,02	44.930,26	50.592,39	48.579,91	50.950,97	49.666,54	47.255,85	51.062,51	68.696,89	75.624,42	583.972,94
CONIAPE												105.562,22	105.562,22
<b>TOTAL GERAL DA</b>	<b>2.633.311,23</b>	<b>3.053.232,97</b>	<b>3.604.627,11</b>	<b>3.692.254,41</b>	<b>3.761.523,22</b>	<b>3.826.261,03</b>	<b>3.866.379,97</b>	<b>3.879.441,42</b>	<b>3.863.313,79</b>	<b>3.783.587,99</b>	<b>5.243.991,66</b>	<b>6.168.568,63</b>	<b>47.376.493,43</b>

#### EXERCÍCIO DE 2020 (sem dedução de 1/3 de férias)

ÓRGÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL POR ÓRGÃO EM 2020
PREFEITURA	2.678.832,53	2.917.795,48	3.351.539,57	3.018.523,35	2.967.612,17	2.971.785,29	2.921.418,85	2.915.812,42	2.916.306,05	4.029.829,06	4.504.188,55	3.352.877,63	38.546.520,95
FUNDO DE SAÚDE	846.719,40	981.804,38	1.016.626,99	1.059.351,22	1.034.002,33	1.085.104,98	1.139.686,51	1.175.798,80	1.173.100,01	1.584.412,28	1.736.278,95	1.164.161,02	13.997.046,87
FMAS	133.838,15	149.229,60	150.437,49	148.666,88	149.545,34	154.141,74	152.729,13	156.415,61	159.583,34	206.453,13	75.084,97	295.242,56	1.931.367,94
CTTU	54.540,50	77.844,15	75.185,19	67.466,33	67.999,36	67.012,16	67.012,16	67.012,16	68.107,51	80.137,19	45.966,02	129.468,93	867.751,66
CONIAPE													-
<b>TOTAL GERAL DA</b>	<b>3.713.930,58</b>	<b>4.126.673,61</b>	<b>4.593.789,24</b>	<b>4.294.007,78</b>	<b>4.219.159,20</b>	<b>4.278.044,17</b>	<b>4.280.846,65</b>	<b>4.315.038,99</b>	<b>4.317.096,91</b>	<b>5.900.831,66</b>	<b>6.361.518,49</b>	<b>4.941.750,14</b>	<b>55.342.687,42</b>

#### EXERCÍCIO DE 2021 (sem dedução de 1/3 de férias)

ÓRGÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL POR ÓRGÃO EM 2021
PREFEITURA	2.508.799,72	2.576.373,81											5.085.173,53
FUNDO DE SAÚDE	1.090.245,21	1.157.783,32											2.248.028,53
FMAS	-	267.966,86											267.966,86
CTTU	51.745,58	75.548,97											127.294,55
CONIAPE													-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.650.790,51</b>	<b>4.077.672,96</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.728.463,47</b>

<b>DP - JAN A DEZ/2017</b>	<b>R\$</b>	<b>42.585.943,71</b>
<b>DP- JAN A DEZ/2018</b>	<b>R\$</b>	<b>44.492.837,46</b>
<b>DP - JAN A DEZ/2019</b>	<b>R\$</b>	<b>47.376.493,43</b>
<b>DP - JAN A DEZ/2020</b>	<b>R\$</b>	<b>7.840.604,19</b>
<b>DP - JAN A JAN/2021</b>	<b>R\$</b>	<b>7.728.463,47</b>
<b>Decréscimo em 2021 em relação a 2020:</b>	<b>-R\$</b>	<b>112.140,72</b>



## 6. APLICAÇÃO EM SAÚDE

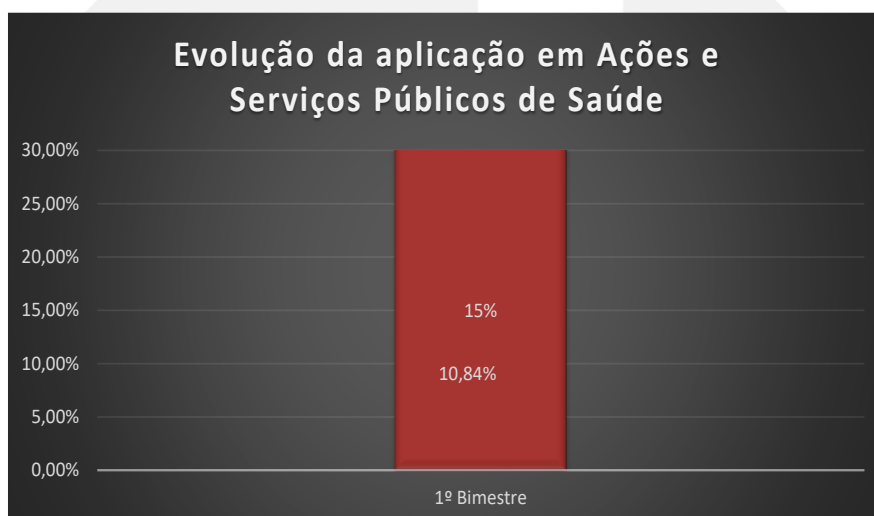
A Lei Complementar Federal nº 141/2012, no art. 7º, estabelece que os municípios devem aplicar em ações e serviços públicos de saúde pelo menos 15% do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e os recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º da Constituição Federal, e que esses recursos, bem como os transferidos pela União para a mesma finalidade, serão aplicados por meio de Fundo Municipal de Saúde.

A receita acima mencionada somou R\$ 12.014.208,09, o que resulta na aplicação em ações e serviços públicos de saúde de 10,84% no 1º bimestre de 2021.

PERCENTUAL COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE -ATÉ 1º BIMESTRE DE 2021	
Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais:	R\$ 12.014.208,09
Despesas com Saúde (empenhadas com recursos próprios):	R\$ 1.302.828,62
Percentual Aplicado:	10,84%
Percentual Mínimo:	15%
Método da União - Liquidada	

*Fonte: RREO do 1º bimestre/2021 – Metodologia de cálculo da União*

O total das despesas realizadas nas ações e serviços públicos de saúde por meio do Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Toritama foi de R\$ 1.302.828,62, o que corresponde a um percentual de 10,84%, cumprindo o disposto na Lei Complementar Federal nº 141/2012.



Em análise desse Órgão de Controle Interno, utilizando-se da metodologia da União, mais considerando a despesa paga, por cautela, apresentamos o seguinte resultado:

<b>PERCENTUAL COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE -ATÉ 1º BIMESTRE DE 2021</b>	
Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais:	R\$ 12.014.208,09
Despesas com Saúde (pagas com recursos próprios):	R\$ 747.832,82
Percentual Aplicado:	6,22%
Percentual Mínimo:	15%
Método da União - Considerando despesa paga	

## 7. APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO

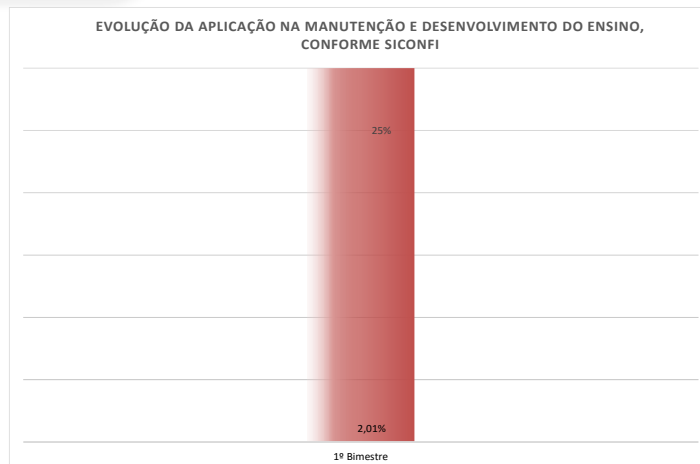
Os municípios deverão aplicar na manutenção e desenvolvimento do ensino no mínimo 25% da receita proveniente de impostos, incluindo as transferências estaduais e federais, conforme determina o caput do art. 212 da Constituição Federal.

Para o Município de Toritama, no 1º bimestre de 2021, essa receita mínima aplicável corresponde a R\$ 12.014.208,09.

Conforme Anexo 14 do SICONFI do 1º bimestre de 2021 foi aplicado **2,01%** na MDE.

<b>APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (MDE)</b>	
Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais:	R\$ 12.014.208,09
Despesas com MDE	R\$ 241.621,38
Percentual Aplicado:	2,01%
Percentual Mínimo:	25%
Método da União - Despesa Liquidada	

*Fonte: RREO do 1º bimestre/2021 – Metodologia de cálculo da União*



Em análise desse Órgão de Controle Interno, utilizando-se da metodologia da União, mas considerando a despesa paga, por cautela, apresentamos o seguinte resultado:

<b>APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (MDE)</b>	
Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais:	R\$ 12.014.208,09
Despesas com MDE	-R\$ 71.840,70
Percentual Aplicado:	-0,60%
Percentual Mínimo:	25%
<i>Método da União - considerando despesa paga</i>	

O percentual auferido até o 1º bimestre de 2021, conforma a planilha acima foi de - **0,60%**, considerando a despesa paga com ensino.

## 8. APLICAÇÃO DO FUNDEB

No mínimo, 70% dos recursos anuais do FUNDEB devem ser destinados à remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício na rede pública, conforme a Lei Federal nº 14.113/2020. Nesses recursos, incluem-se a complementação da União e as receitas de aplicação financeira dos valores recebidos pelo Fundo.

As despesas com a remuneração dos profissionais da educação básica perfizeram R\$ 3.039.154,48, equivalendo a 49,26% dos recursos anuais do FUNDEB.

Conforme Anexo 14 do SICONFI, até o 1º bimestre de 2021 a aplicação das receitas do FUNDEB com despesa com profissionais da educação básica representou 49,26%.

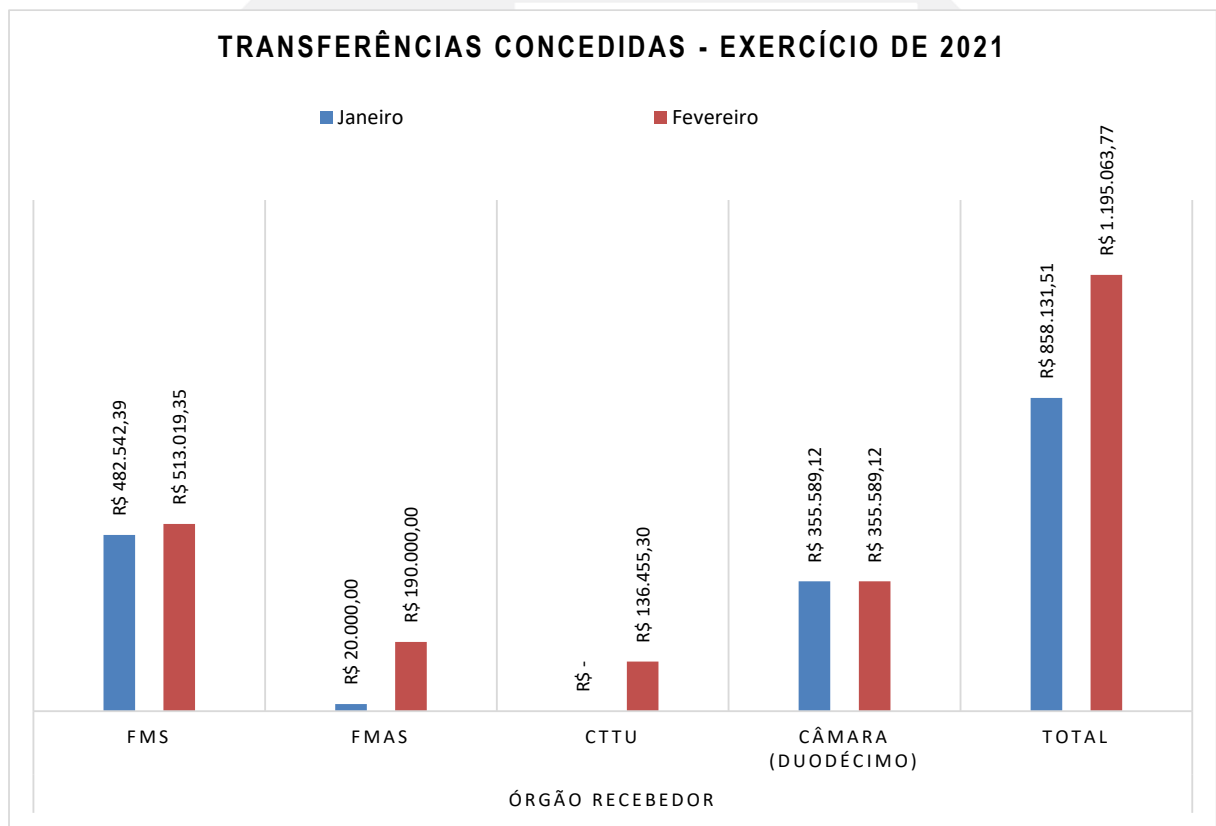
**PERCENTUAL COM PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO - EXERCÍCIO DE 2021**

BIMESTRE	Valor apurado (R\$)	% Aplicado
1º	3.039.154,48	49,26%

**9. TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2021**

A Prefeitura Municipal de Toritama executou, até o 1º bimestre de 2021, transferências concedidas para Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, CTTU e Câmara de Vereadores, conforme tabela abaixo:

TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2021						
COMPETÊNCIA	ÓRGÃO RECEBEDOR					TOTAL
	FMS	FMAS	CTTU	CÂMARA (Duodécimo)	TOTAL	
Janeiro	R\$ 482.542,39	R\$ 20.000,00	R\$ -	R\$ 355.589,12	R\$ 858.131,51	
Fevereiro	R\$ 513.019,35	R\$ 190.000,00	R\$ 136.455,30	R\$ 355.589,12	R\$ 1.195.063,77	
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 995.561,74</b>	<b>R\$ 210.000,00</b>	<b>R\$ 136.455,30</b>	<b>R\$ 711.178,24</b>	<b>R\$ 2.053.195,28</b>	





## 10. RESUMO DOS ÍNDICES

Os números são originários dos Relatórios: Resumido de Execução Orçamentária (RREO) do 1º bimestre de 2021. Extraído do site: <https://siconfi.tesouro.gov.br>.

DESCRIÇÃO DA OBRIGAÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL	LIMITE	REALIZADO PELA GESTÃO
Despesa com Pessoal	54%	55,30%
Aplicação do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	60%	49,26%
Aplicação em Educação- MDE	25%	2,01%
Aplicação em Saúde	15%	10,84%

Toritama, 05 de maio de 2021.

**Áureo Saturnium da Silva Falcão**  
Controlador Geral do Município